



CONTRATO DE COMPRA E VENDA Nº 456/2021

EMENTA: TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA DE PRINCESA ISABEL E A PESSOA JURÍDICA: **FIBRA DISTRIBUICAO & LOGISTICA EIRELI-ME**, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO:

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado **PREFEITURA DE PRINCESA ISABEL-PB**, CNPJ nº 08.888.968/0001-08, Avenida Presidente João Pessoa, Nº S/N, Bairro: Centro, Cidade: Princesa Isabel - PB, neste ato representada pelo Prefeito o Sr. RICARDO PEREIRA DO NASCIMENTO, brasileiro, divorciado, residente e domiciliado na Sitio Rancho dos Homens, Nº S/N, Área Rural, Cidade: Princesa Isabel-PB, CPF nº 704.377.694-53, Carteira de Identidade nº 1287192 SSP/PB, doravante simplesmente CONTRATANTE, e do outro lado a pessoa jurídica: **FIBRA DISTRIBUICAO & LOGISTICA EIRELI-ME**, CNPJ: 29.887.078/0001-51, estabelecida na Av. Ville. nº 180 (Quadra 43 Lote 12), Bairro: Set Tres Marias I, CEP: 74.369-705, Cidade: Goiânia-GO, representada neste ato pelo Sr. Jair Balduino de Souza, CPF nº 527.039.671-87, doravante simplesmente CONTRATADA, tendo em vista o que consta no Processo administrativo nº 243/2021 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 016/2021, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é **Aquisição de 02 (duas) Vans nova, com capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros e 1 (um) motorista, Ar condicionado, na cor branca, de teto alto com no mínimo 10,5m³ de capacidade no furgão, Para Secretaria de Saúde do Município de Princesa Isabel, para o enfrentamento da Covid-19.**

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

PRINCESA ISABEL - GOIÁS
CNPJ: 08.888.968/0001-08
Cidade: Princesa Isabel - PB
Cidade: Princesa Isabel - PB



PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL
Processo Administrativo nº 243/2021 – Pregão Eletrônico nº 016/2021

Discriminação do objeto:

Item	Objeto	Quant	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	<p>Aquisição de 02 (duas) Vans nova, com capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros e 1 (um) motorista. Ar condicionado, na cor branca, de teto alto com no mínimo 10,5m³ de capacidade no furgão, Para Secretaria de Saúde do Município de Princesa Isabel, para o enfrentamento da Covid-19</p> <p>Marca/Modelo: FIAT/ DUCATO MINIBUS (COMFORT) Motor 2.3 Diesel 04 cilindros, tração 4x2 127ve Turbo Diesel Trans. Manual 6 a frente + 1 ré 16 Passageiros (15+1) Air bag Duplo + Freio ABS Ar Condicionado, Direção Hidráulica, Tanque de Combustível: 90 Litros, Vidros e Trava elétrica.</p> <p>Ano/modelo: 2021/2021, ou superior, zero km, cor branca;</p> <p>Garantia de 15 (quinze) meses, sem limite de quilometragem;</p> <p>Assistência técnica no Estado da Paraíba;</p> <p>Fabricante: FIAT / FCA Chrysler Automobiles Brasil.</p> <p>Especificações complementares: 1.4.1 - Descrição mínima de cada: Veiculo novo, tipo furgão; com capacidade mínima para 15 (quinze) passageiros e 1 (um) motorista, Ar</p>	2	Und	258.500,00	517.000,00

Página 2 de 12





condicionado, na cor branca, de teto alto com no mínimo 10,5m³ de capacidade no furgão; com 02 portas dianteiras; 01 porta lateral com abertura corredeira; 01 porta traseira com abertura em 02 folhas; motor de 4 cilindros; motor com potência mínima de 163cv; movido a diesel; motor turbo intercooler; tanque de combustível com capacidade mínima para 70 litros; transmissão manual mínima de 05 velocidades a frente e 01 a ré; com alavanca posicionada no painel ou assento; tração dianteira ou traseira; rodas de aço de no mínimo aro 16; equipado com protetor de Carter; fardas com regulagem interna de altura; freios dianteiros a disco e traseiros a disco ou tambor; direção hidráulica; retrovisores externos nos dois lados do veículo; Piso confeccionado em material antiderrapante e lavável na cor cinza / Janela lateral corredeira / Divisória interna. Tudo em conformidade com as normas brasileiras de Trânsito, acompanhado dos Certificados de Homologação junto ao DENATRAN e ainda contendo os demais equipamentos de série do veículo e os exigidos pelo Código Brasileiro de Trânsito.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.





3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de **R\$ 258.500,00** (duzentos e cinquenta e oito mil e quinhentos reais) por cada equipamento, perfazendo o valor total de **R\$ 517.000,00** (quinhentos e dezessete mil reais) pelos os 02 (dois) equipamentos.

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e sua impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2021, na classificação abaixo:

RECURSOS 1: Próprios do Município de Princesa Isabel (Ordinários e Diversos).

RECURSOS 2: Transferência de Governo Federal para enfrentamento da Covid-19.



ANEXO Nº 001/2021 - TERMO DE CONTRATO Nº 001/2021 - PREGÃO Nº 016/2021 - MUNICÍPIO DE PRINCESA ISABEL - PB



DOTAÇÃO: 08.00 Fundo Municipal De Saude 10.302.2027.2891 (Manutenção Do Hospital Regional Jose Pereira), 650 (Nº Ficha); 2110000.00 (Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos - Saúde), 3.3.90.30.01 Material De Consumo); 10.301.4002.2129 (Manter As Atividades Da Atenção Básica - Pab), 487 (Nº Ficha); 2140000.04 Transferência De Recursos Do Sus Para Atenção Básica), 3.3.90.30.01 Material De Consumo).

DOTAÇÃO: 03.00 Fundo Municipal De Assistência Social 08.244.2026.2008 (Manter As Atividades Da Secretaria De Assistência Social), 174 (Nº Ficha); 0010000.00 (Recursos Ordinários), 3.3.90.32.01 (Material De Distribuição Gratu). 08.00 Fundo Municipal De Saude, 10.122.2048.2162 (Enfrentamento Emergência Saúde - Covid - 19), 2140000.00 (Transf. Fundo A Fundo Recursos Do Sus - Gov. Federal - Custeio), 3.3.90.30.00 (Material De Consumo); 10.122.2048.2162 (Enfrentamento Emergência Saúde - Covid - 19), 2130000.00 (Transf. Fundo A Fundo Recursos Do Sus - Gov. Estadual - Custeio), 3.3.90.30.00 (Material De Consumo); 10.122.2048.2162 (Enfrentamento Emergência Saúde - Covid - 19), 2110000.00 (Recursos De Impostos E Transf. De Impostos) 3.3.90.30.00 (Material De Consumo).

DOTAÇÃO: 08.00 Fundo Municipal De Saude, 10.301.4002.2134 (Manter O Fundo Municipal De Saúde - 15%) 471 (Nº Ficha) 2110000.00 (Receitas De Impostos E De Transferência De Impostos - Saúde), 3.3.90.30.01 (Material De Consumo); 10.301.4002.2129 Manter As Atividades Da Atenção Básica - Pab 433 (Nº Ficha) 2140000.08 (Transferência De Recursos Do Sus Para Atenção Básica) 3.3.90.30.01 Material De Consumo.

Desta forma ficando automaticamente incorporadas as dotações do orçamento anual (LOA) aprovado por lei para o exercício seguinte, caso seja necessário.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. Para receber o pagamento, a contratada deverá apresentar nota fiscal à Fiscalização na secretaria solicitante.

5.2. Quando da apresentação das notas fiscais mensais, a contratada deverá demonstrar a permanência de sua situação regular perante as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, bem como perante o Sistema de Seguridade Social e o FGTS, apresentando cópias das pertinentes certidões negativas.

5.3. Se aprovado o objeto pela fiscalização, esta deverá enviar a Nota Fiscal, juntamente com seu atestado, à SMF/Contabilidade.

5.4. Com o recebimento da Nota fiscal, o atestado positivo emitido pela fiscalização contratual e a aprovação pela SMF/Contabilidade, considerar-se-á liquidada a despesa.

5.5. O pagamento à contratada será realizado no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento da nota fiscal e do atestado da Fiscalização.

5.6. O prazo previsto para pagamento não transcorrerá caso verificadas inconformidades na nota fiscal apresentada.





- 5.7. Em recaído o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao tal s.no.
- 5.8. O pagamento será efetuado em Conta Bancária indicada pela CONTRATADA de sua titularidade ou de representante legal previamente credenciado perante a Administração Pública.
- 5.9. Caso se verifique erro na nota fiscal, o pagamento será susado até que providências pertinentes sejam tomadas por parte da Contratada.
- 5.10. Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

- 6.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 6.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA/IBGE exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 6.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 6.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente sempre que este ocorrer.
- 6.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 6.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 6.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 6.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

- 7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.





8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

- 8.1. O prazo de entrega dos bens é de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato, em remessa única, no seguinte endereço informado pelo autor do contrato.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (sessenta) dias, a contar da rejeição da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

9. CLAÚSULA NONA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

- 9.1. A gestão da contratação ficará a cargo do Gestor de Contrato da secretaria requisitante da presente licitação.
- 9.2. Compete ao Gestor de Contrato, com a presença do Secretário da Pasta:
 - 9.2.1. Efetuar o controle dos quantitativos dos itens, bem como do prazo de vigência do contrato;
 - 9.2.2. Autorizar a alteração unilateral de termos do contrato ou de apostilamento;
 - 9.2.3. Requerer a instauração de procedimento para aplicação de penalidade às empresas;
 - 9.2.4. Decidir sobre o cancelamento de itens;
 - 9.2.5. Analisar e manifestar-se sobre eventuais pedidos de equilíbrio econômico-financeiro dos valores dos itens contratados;
 - 9.2.6. A fiscalização do cumprimento do avençado ficará a cargo do Fiscal do Contrato;
 - 9.2.7. Compete ao Fiscal do Contrato:
 - 9.2.8. Acompanhar a execução contratual em seus aspectos qualitativos e quantitativos;
 - 9.2.9. Registrar todas as ocorrências surgidas durante a execução do contrato;
 - 9.2.10. Determinar a reparação, correção, retificação, reconstrução ou substituição, a expensas da contratada, no total ou em parte, do objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução;
 - 9.2.11. Receber o objeto do contrato mediante termo assinado pelas partes, em conjunto com o Secretário da Pasta;
 - 9.2.12. Rejeitar, no todo ou em parte, o serviço ou fornecimento de objeto em desacordo com as especificações contidas no contrato, observando o termo de referência;
 - 9.2.13. Exigir o cumprimento dos prazos previamente estabelecidos no contrato e instrumentos dele decorrentes;





- 9.2.14. Exigir o cumprimento das cláusulas do contrato e respectivos termos aditivos;
- 9.2.15. Atestar as notas fiscais e faturas;
- 9.2.16. Comunicar ao Gestor do Contrato, no tempo hábil, qualquer ocorrência que requeira tomada de decisões ou providências que ultrapassem o seu âmbito de competência, em face de risco ou iminência de prejuízo ao interesse público;
- 9.2.17. Aprovar a medição dos serviços efetivamente realizados, em consonância com o previsto no contrato;
- 9.2.18. Emitir atestado de avaliação do serviço prestado ou do objeto recebido.
- 9.3. A atividade de gestão e fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, que é total e integral em relação ao objeto executado, inclusive perante terceiros, respondendo a mesma por qualquer falta, falha, problema, irregularidade ou desconformidade observada na execução do contrato.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. São obrigações da Contratante:

- 10.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 10.1.2. verificar, imediatamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/vereador especialmente designado;
- 10.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, desde que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 11.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, zelar pela qualidade dos serviços, assumir os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços contratados.





11.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*.

11.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

11.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com vícios ou defeitos;

11.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

11.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.1.6. indicar proposta para o fornecimento durante a execução do contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Nos casos de atraso injustificado na execução dos serviços ou de atraso no adimplemento das obrigações contratuais, o contratante poderá aplicar à contratada multa moratória de até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia e por ocorrência, até o máximo de 10% (dez por cento).

12.2. Pela inexecução parcial do contrato, o contratante poderá aplicar à contratada as seguintes penalidades:

12.2.1. Advertência por falta de vez, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

12.2.2. Multa moratória de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, em proporção ao caso de descumprimento das obrigações da contratada, podendo ser cumulada com a multa moratória prevista na cláusula décima;

12.2.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos causados.

12.3. Quem, consoante dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução





do contrato, comportar-se de má-fé, inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município de Princesa Isabel pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

12.4. A critério exclusivo do contratante, o recebimento das multas aplicadas poderá ocorrer deduzindo-se do pagamento mensal devido à contratada, a quantia correspondente à citada penalidade.

12.5. As multas são independentes ou autônomas e a aplicação de uma não exclui a possibilidade de aplicação de outra por parte do contratante.

12.6. O contratante poderá cobrar as multas administrativamente e judicialmente.

12.7. No caso de aplicação de penalidades previstas nos itens acima, é assegurada à contratada o direito de ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado.

12.8. O pagamento de multa pelo contratante não o exime da reparação de eventuais danos, perdas ou prejuízos que possa acarretar à Administração.

12.9. O processo administrativo iniciará com o recebimento de notificação pela contratada.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - RESCISÃO

13.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

13.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

13.1.2. mediante acordo, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

13.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.4. O termo de rescisão será precedido de relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

13.4.1. Duração dos serviços contratados já em parte ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Situação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Indenizações e multas.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - VEDAÇÕES

14.1. É vedado à CONTRATADA:

14.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

14.1.2. anteriormente à execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.





15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS.

16.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá a CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, imprensa oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO

18.1. É eleito o foro na Comarca de Princesa Isabel-PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 53, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Princesa Isabel - PB, _____





PREFEITURA MUNICIPAL DE PRINCESA ISABEL
Processo Administrativo nº 243/2021 - Pregão Eletrônico nº 016/2021

TESTEMUNHAS

PELO CONTRATANTE

Bilvanete de Medeiros
CPF Nº 053 619 334 40

PREFEITURA DE PRINCESA ISABEL
Ricardo Pereira do Nascimento
Prefeito

[Handwritten signature]
CPF Nº 111.677.904.87

PELA CONTRATADA



JAI BALDUINO DE SOUZA/2703007187
C:BR: 010CP-B/Ine. OJ:AC SOLUTI MulpteS.
DU:1864509071734. OJ:Presencial. OJ:Captao PF A1.
DN:JAI BALDUINO DE SOUZA/2703007187
2011-12-31 10:51:52

EMP. DISTRIBUICAO & LOGISTICA
FELI-ME
JAI Balduino de Souza
Representante